



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XLII

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dez dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento presidida pelo Deputado Artagão Mattos Leão, com a presença dos seguintes Deputados membros: Edmar Luiz Costa, Valderi Mendes Vilella, Gernote Kirinus, Acyr Mezzadri.

Da pauta, apreciação do parecer do Deputado Relator, Edmar Luiz Costa ao Projeto de Lei nº 252/87 - Orçamento Programa 1988. O parecer do Deputado Relator, após discutido e aprovado pela maioria dos membros nominados, com o substitutivo Geral apresentado, fazendo parte, tanto o presente parecer, quanto o substitutivo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo para ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual, eu, AYRTON ALVES ARANHA, secretário da presente Comissão lavrei esta Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Senhores Deputados presentes.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

VALDERI MENDES VILELLA

GERNOTE KIRINUS

ACYR MEZZADRI

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N. 252/87

PARECER:

ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL

### 1. INTRODUÇÃO

Atendendo aos ditames constitucionais, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tempestivamente, nos termos do art. 36 da Constituição do Estado do Paraná, envia à apreciação desta Assembléia Legislativa, a Mensagem nº 94/87 que transformada no Projeto de Lei nº 252/87, visa dotar o nosso Estado de uma nova Lei de Meios.

Consubstanciada na premissa de mais de uma imposição Constitucional, o orçamento deve traduzir, em termos operacionais uma programação passível de concretização. É pressuposto consignar que ora analisamos o primeiro projeto do atual governo, com intuito de atingir metas a que se propôs e que encontram legitimidade no seio da população.

Dentro do contexto em que vive a população paranaense, onde claramente a maioria de seus problemas tem origem na estrutura sócio-político-econômica, com graves conotações de ordem econômica, comum à nação brasileira, torna-se impossível de supor que seja viável encontrarmos soluções dentro da frieza dos números que ora nos é dado "a priori" deliberar.

Contudo, não é insólito mantermo-nos numa atitude de confiança no Governo que a pouco se instalou e enfrenta inúmeros óbices, aos quais não deu causa, mas que terá que suportar como única maneira de cumprir com as obrigações do próprio mandato popular.

Tais considerações longe de homologar princípios demagógicos, tem o condão de estabelecer parâmetros para determinar o cunho de nosso parecer.

### 2. OS NÚMEROS GERAIS.

O projeto ora em deliberação estima, para o exercício de 1988, uma receita de Cz\$ 202.766.594.000,00 (duzentos e dois bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões e quinhentos e noventa e quatro mil cruzados), fixando a despesa de acordo com os anexos, que passam a fazer parte do corpo legal, em igual importância.

Tal montante supera em 647.7% (seiscentos e quarenta e sete ponto sete por cento) o constante da Lei Orçamentária de 1987.

As receitas de recolhimento centralizado estão estimadas em Cz\$ ..... 169.313.000.000,00 (cento e sessenta e nove bilhões, trezentos e treze milhões de cruzados), dos quais 22.86% (vinte e dois ponto oitenta e seis por cento) estão previstos para atenderem despesas com "Pessoal e Encargos Sociais".

As funções prioritárias, cabe destacar as que ultrapassam a um décimo do global orçamentário, ou seja:

Administração e Planejamento	19,6%
Educação e Cultura	15,4%
Transporte	13,8%
Assistência e Previdência	10,4%

### 3. OS PODERES DO ORÇAMENTO

Com intuito de fornecer subsídios para melhor visualização dos montantes destinados aos poderes e conseqüentemente aos órgãos que os compõem, apresentamos abaixo um quadro comparativo:

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DOS PODERES  
NA RECEITA DO TESOURO

## Em percentual

Descrição	1980	1984	1985	1986	1987	1988
Legislativo	1,9	2,2	1,5	1,8	1,6	1,0
Assemb. Leg.	1,2	1,5	0,9	1,2	1,0	0,5
Trib. Cont.	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5
Poder Jud.	3,7	5,0	4,6	3,2	6,9	1,9
Trib. Just.	3,6	4,8	4,4	3,0	6,7	1,8*
Trib. de Alç.	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Poder Exec.	94,4	92,80	93,9	95,0	91,5	97,1
Governad.	0,8	0,8	2,2	4,9	3,0	6,4**
Educação	25,5	27,3	21,7	17,9	18,5	11,5**
Transporte	18,1	9,7	11,7	11,9	17,3	13,1
Agricult.	5,4	4,2	4,3	2,6	2,2	4,0
Seg. Públ.	8,1	7,4	6,6	5,9	5,3	3,8
Cultura	0,6	0,7	0,7	0,7	0,5	0,6
Trabalho	-	-	-	0,1	0,2	1,4
Adm. Geral do Estado	23,4	25,6	30,9	31,1	27,6	41,7
Outros	12,3	17,1	15,8	24,9	16,9	14,6

\* = retirado os precatórios e requisitos; passou para AGE/SEFA

\*\* = repassado para a chefia do Poder Executivo e atendimento das despesas com fundações de Ensino Superior

## 4. AS EMENDAS

Dentro do prazo regimental, foram apresentadas, pelos Senhores Parlamentares, 797 (setecentos e noventa e sete) emendas ao Projeto de Lei n. 252/87, ora em apreciação.

Na análise das emendas não podemos deixar de relevar dois aspectos importantes:

a) DE ORDEM CONSTITUCIONAL - De acordo com as disposições do art. 35, § 1º da Constituição do Estado do Paraná "não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise modificar-lhe o montante, a natureza ou objetivo".

b) DE ORDEM ADMINISTRATIVA - Sendo este o primeiro programa anual planejado pelo atual Governo, seria por demais incoerente se nos propusermos a alterar a sua substância de tal maneira que colocássemos obstáculos a ação governamental, principalmente ao termos consciência dos graves problemas com que se depara o Estado.

Assim as emendas de ns. 001 a 785, insofismavelmente, possuem a pecha de inconstitucionais, no que tange o pressuposto mantido pelo artigo supra citado.

Ainda a respeito das emendas de ns. 788 a 795 temos que, apesar das brilhantes justificativas entabuladas pelos signatários, não encontramos viabilidade para alteração tão substancial sem antevermos graves problemas para a continuidade da ação governamental.

Somos pela rejeição destas emendas.

Isto posto, temos as emendas de ns. 786 e 796, as quais objetivam dotar esta

Assembléia de recursos que entende serem necessários para continuar guardando a proporcionalidade participativa no global orçamentário e, precipuamente, para fazer frente aos encargos que a ela serão atribuídos com a instalação da Constituinte Estadual no próximo ano.

Com a função constitucional, também recebe a Assembléia "generale mandatum de universum negotiis gerandi", podendo, ultrapassar os incoerentes ditames que ora a escravizam em decorrência, ainda, do período ditatorial, o qual não deve permanecer ao se determinar a função constitucional ao órgão de representação popular.

A aceitação desta emenda não advem de mera imposição factual, mas sim por injunções políticas conseqüente da atividade constitucional que a Assembléia Legislativa terá que desempenhar durante este período e deverá se sobrepôr a todos os órgãos e, como tal, não é coerente ficar na dependência do Executivo para atendimento de suas necessidades, sob pena de desvirtuar sua autonomia.

Deverá, inclusive, o Poder Legislativo modificar todo o sistema de processamento orçamentário, o qual, no "status quo" é meramente teatral, não possuindo os representantes populares meios nem de intervir na determinação dos objetivos governamentais e, o que é pior, não possuem mecanismos de fiscalização, continuando mero avalista das vontades do Executivo.

"EX positis et extra" e nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução n. 17/67, de 11 de outubro de 1967, somos pela incorporação das emendas de ns. 786 e 796 ao Projeto de Lei ns. 252/87, alterando-se nos Anexos II e III como resumidamente se demonstra:

ADICIONE-SE Cz\$ 588.025.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e vinte e cinco mil cruzados) no Orçamento da Assembléia Legislativa.

CANCELE-SE igual importância na Administração Geral do Estado - SEPL.

O montante da ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - SEPL na dotação "RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Código 1700.99999999.9-0.0.0" passa a ter dotação de Cz\$ 12.514.817,00 (doze bilhões, quinhentos e quatorze milhões e oitocentos e dezessete mil cruzados).

Altere-se nos demais quadros para concretizar a incorporação das supra referidas emendas.

Quanto as emendas de n. 787 e 797, deverão ser acolhidas, pois vêm de encontro ao espírito da efetiva participação do Poder Legislativo no processo da execução orçamentária.

Devendo no entanto ter seu limite alterado para 30% (trinta por cento) porque se deixarmos o projeto da maneira em que

## ANEXO II

0100	Assembleia Legislativa				Cz\$ 1.000
0101	Assembleia Legislativa	Natureza da Despesa			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		SUBELEMENTO	Recursos do Tesouro ELEMENTO	CAT. ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				1.445.767
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				1.134.802
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil			717.114	
3.1.1.3	Obrigações Patrimoniais		653.108		
3.1.2.0	Material de Consumo		64.006		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos				
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos			31.017	
3.1.9.0	Diversas Despesas de Custeio		386.512	386.512	
3.1.9.2	Despesas de Exerc. Anteriores			159	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		159		
3.2.3.0	Transf. a Instituições Privadas				310.965
3.2.3.1	Subvenções Sociais		109.771	109.771	
3.2.5.0	Transf. a Pessoas				
3.2.5.1	Inativos			201.194	
3.2.5.2	Pensionistas		176.527		
3.2.5.3	Salário Família		16.986		
3.2.5.4	Apoio Financeiro a Estudantes		2.129		
3.2.5.5	Assistência Médico-Hospitalar		11		
3.2.5.9	Outras Transferências a Pessoas		5.328		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		213		
4.1.0.0	Investimentos				61.233
4.1.1.0	Obras e Instalações			41.866	61.233
4.1.2.0	Equipamentos e Mat. Permanente			19.367	
TOTAL GERAL .....					1.507.000

foi colocado a nossa deliberação não haverá maneira de acompanhamento por esta Assembleia Legislativa nos créditos concedidos pelo Poder Executivo.

## 5. CONCLUSÃO - PARECER

Pelo exposto somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 252/87, com as emendas incorporadas aos anexos II, III e IV, bem como, usando das atribuições do parágrafo único do Art. 4.º, da Resolução n. 17/67, com a adoção de um SUBSTITUTIVO GERAL que se apresenta anexo.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Presidente

Deputado EDMAR LUIZ COSTA

Relator

### SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º - O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1988, discriminado nos anexos integrantes desta Lei e elaborado de acordo com a Seção V, do Capítulo III, do Título I, da Emenda Constitucional n. 03, do Estado do Paraná, estima a receita em Cz\$ 202.766.594.000,00 (duzentos e dois bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e quatro mil cruzados) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2.º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas, correntes e de capital, na forma da legislação vigente e nas especificações constantes do anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

Em Cz\$ 1.000,00

#### 1. - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO Cz\$ 169.313.000

1.1 - RECEITAS CORRENTES	86.845.409
Receita Tributária	80.678.023
Receita Patrimonial	2.459.642
Receita Agropecuária	1.500
Receita Industrial	2.400
Receita de Serviços	821
Transferências Correntes	2.963.845
Outras Receitas Correntes	729.178

1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	82.467.591
Operações de Crédito	72.993.556
Alienação de Bens	50
Amortização de Empréstimo	49.993
Transferências de Capital	9.423.992

#### 2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO (Exclusive Transferências do Tesouro) Cz\$ 33.453.594

2.1. - RECEITAS CORRENTES	18.712.245
2.2. - RECEITAS DE CAPITAL	14.741.349

#### 3. TOTAL DA RECEITA Cz\$ 202.766.594

Art. 3.º - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes dos demonstrativos que integram esta Lei e dos anexos II, III e IV que a acompanham, os quais apresentam o seu detalhamento por funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, indicando-se assim o programa de trabalho dos diversos órgãos e unidades da administração estadual.

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, mediante a emissão de títulos da dívida pública e empréstimos bancários, de acordo com o artigo 37 da Emenda Constitucional n. 03, do Estado do Paraná e Resoluções do Senado Federal.

Art. 5.º - As Autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e os Órgãos do Regime Especial, terão, na forma da lei, os seus orçamentos próprios aprovados por decreto do chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembleia Legislativa.

§ 1.º - A receita destas entidades será constituída pelas rendas próprias, transferências e outras receitas, correntes e de capital, e a despesa será classificada de acordo com a discriminação adotada para o Orçamento Geral do Estado.

§ 2.º - Acatadas as disposições dos artigos 40 a 46 da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) nos orçamentos próprios das entidades referidas no "caput" deste artigo, sobre as dotações orçamentárias iniciais cobertas com Receita de Recolhimento Descentralizado.

§ 3.º - Os orçamentos próprios de que trata este artigo, acatadas as disposições do artigo 43, § 1.º da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, poderão ser ajustados, nas seguintes condições:

I - por Resolução do Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, quando o ajustamento não implicar em alterações nos totais de despesas correntes e de capital fixadas no orçamento da Entidade, e quando não acarretar aumento, ou redução, no total de despesas à conta de recursos do Tesouro Estadual.

II - Por decreto do Governador nos demais casos.

§ 4.º - Os ajustamentos decorrentes de transposição de parcelas das dotações que integram o orçamento próprio das Entidades da Administração Indireta, bem como a su-

plementação com recursos do "Superavit Financeiro", apurado em Balanço Patrimonial, não serão computados para efeitos do limite fixado no § 2.º deste artigo.

§ 5.º - Os acréscimos e reduções de recursos oriundos das Receitas de Recolhimento Centralizado, nos orçamentos próprios das entidades de Administração Indireta, serão regidos nos termos do art. 8.º e seus parágrafos, desta lei.

Art. 6.º - O Balanço Geral do Estado deverá atender às exigências da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, e demais normas federais atinentes à matéria e a execução orçamentária obedecerá as disposições da Lei Estadual n. 8485, de 03 de junho de 1987, e no que couber, no Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, com as alterações impostas pelos Decretos-Leis 900, de 29 de setembro de 1969, e 1763, de 16 de janeiro de 1980.

Parágrafo Único. Acatada a legislação federal vigente, o Poder Executivo baixará normas complementares pertinentes à execução do orçamento aprovado nos termos desta Lei.

Art. 7.º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder a centralização, parcial ou total, das seguintes dotações da Administração Direta:

a. para o orçamento da Secretaria de Estado da Administração:

- reparos, adaptações, substituições, recuperação e conservação de bens imóveis;
- material de consumo;
- obras e instalações de edificações;
- equipamentos e material permanente;
- aquisição de terminais telefônicos;
- processamento de dados;
- treinamento de pessoal, exceto aquele relativo a pós-graduação "latu sensu" e áreas especializadas de atuação governamental;

b. para o orçamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social: divulgação e propaganda;

c. para o orçamento da Casa Civil: dotações de subvenções sociais e transferências a municípios, exceto aquelas vinculadas a programações específicas;

d. para o orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - recursos relativos à aquisição de equipamentos de informática.

Art. 8.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) das

dotações orçamentárias iniciais referentes à Receita de Recolhimento Centralizado, servirão como recursos para tais suplementações quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

§ 1.º - Serão suplementadas pelo valor do excesso de arrecadação sobre a previsão orçamentária, nos termos do Art. 43, §§ 3.º e 4.º da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, os créditos orçamentários que corresponderem à aplicação do produto de receitas vinculadas, inclusive as decorrentes de atividades industriais, agropecuárias, de prestação de serviços e de comercialização de bens.

§ 2.º - Fica autorizada, e não será computada para efeito do limite fixado no "caput" deste artigo, a abertura de créditos suplementares com indicação de recursos resultantes de:

I- Anulação de dotações alocadas em reserva de Contingência;

II- Superávit Financeiro do Tesouro Estadual;

III- Excesso de Arrecadação de Receitas do Tesouro Estadual, nos casos em que a lei determina a sua vinculação a órgãos, unidades, programas e fundos;

IV- A anulação de dotações para implementar o disposto no artigo 7.º desta Lei, bem como os seus ajustes posteriores;

V- Ajustamento de dotações em um mesmo órgão, desde que não se altere o montante das categorias econômicas;

VI- Ajustamento de recursos alocados em programas integrados, desenvolvidos pelos diversos órgãos do Estado.

Art. 9.º - A fim de manter atualizado os cursos orçamentários de projetos e atividades, fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto do Governador, a compensação, conversão, substituição ou criação de fontes de recursos ordinários vinculados ou próprios, para custear os programas de trabalho da Administração Direta e Indireta do Estado.

Art. 10 - Os recursos arrecadados nos termos da Lei n. 8328, de 23 de junho de 1986, obedecendo ao disposto no item IV, do art. 114, da Lei n. 8485, de 03 de junho de 1987, serão geridos pelo Gabinete da Governadoria, cabendo-lhe ainda as destinações atribuídas na referida lei.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

(Republicado por incorreção).